
Balanço Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

1. Estrutura Institucional do IFSul

A origem da Instituição remete ao Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas (ETP), integrada à administração pública direta. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, suas atividades acadêmicas iniciaram em março de 1945. Pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a ETP foi transformada em autarquia, passando a fazer parte da administração pública federal indireta. Já em 1965, teve alterada sua denominação para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). De acordo com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu a transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, em 19 de janeiro de 1999 foi institucionalizado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Por último, surge a figura do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do CEFET-RS.

O IFSul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. A estrutura do IFSul está baseada na Reitoria e nos 12 campus que o integram: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Gravataí e Lajeado. Ainda conta com os Campus Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo. Assim, 13 Unidades Gestoras (UG) compõem o Órgão IFSul, código 26436, tal qual discriminado no Quadro 01.

Quadro 01 – Unidades Gestoras do IFSul

Código da UG	Descrição
158126	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE (Reitoria)
151878	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA
151879	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS BAGE
151895	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VISCONDE DA GRAÇA
151964	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VENANCIO AIRES
154773	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/SANT.DO LIVRAMENTO
155143	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS GRAVATAI
155144	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS LAJEADO
155146	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPIRANGA
158338	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO
158339	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA
158340	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS
158467	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS

Fonte: Siafi, 2018.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSul são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao Instituto e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sendo compostas por:

Balanco Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFSul, tendo por base as opções e premissas do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional do IFSul é o Real.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham os registros que causaram impactos na conta Caixa e equivalentes de caixa.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham as variações mais significativas relativas aos créditos e valores a curto prazo. O ajuste para perdas de créditos a curto prazo de folha de pagamento é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos.

(d) Estoques

Os estoques abrangem as mercadorias para revenda, matérias-primas e almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos não tributários, ajustes para perdas de créditos, investimentos e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

Balanco Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial detalham as principais variações relativas aos Bens Móveis e Imóveis do IFSul.

(g) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). No âmbito do IFSul, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito dos bens intangíveis.

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O valor depreciado dos bens imóveis do IFSul é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIUnet) e o método de cálculo para os bens móveis é o das quotas constantes. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito da depreciação/amortização dos bens móveis e imóveis e dos bens intangíveis do IFSul.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do IFSul são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais referentes aos Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo do IFSul.

4. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2017).

A Tabela 01 resume as receitas e despesas por categoria econômica.

Tabela 01 – Receitas e Despesas por categoria econômica

Categoria Econômica	Previsão/ Fixação	Realização/ Execução	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas Correntes	603.478,00	291.091,94	48,24	100
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	603.478,00	291.091,94	48,24	100
Despesas Correntes	411.510.405,00	379.322.191,90	92,18	99,62
Despesas de Capital	4.114.036,00	1.465.088,02	35,61	0,38
Total das Despesas	415.624.441,00	380.787.279,92	91,62	100

Fonte: Tesouro Gerencial, Siafi, 2017, 2018.

Balanço Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

RECEITAS

No exercício de 2018, as Receitas Correntes do Instituto representaram 100% das receitas auferidas, que correspondem ao montante de R\$ 291.091,94 e refletem 48,24% do estimado.

A seguir apresenta-se tabela com a composição das Receitas Correntes na data base 30/09/2018.

Tabela 02 – Receitas Correntes – Composição

Receitas Correntes	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo (R\$)	Realização (%)
Receita Patrimonial	228.000,00	228.000,00	137.406,44	(90.593,56)	60,27
Receitas de Serviços	341.140,00	341.140,00	32.356,62	(308.783,38)	9,48
Outras Receitas Correntes	34.338,00	34.338,00	121.328,88	86.990,88	353,54
Total	603.478,00	603.478,00	291.091,94	(312.386,06)	48,24

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Dentre as Receitas Correntes o grupo que apresenta excesso de arrecadação refere-se às “Outras Receitas Correntes”. A seguir apresenta-se o resumo das principais transações registradas em receitas correntes:

Receitas Patrimoniais: decorrentes essencialmente da exploração do Patrimônio Imobiliário. Referem-se a aluguéis de espaços para funcionamento de cantinas nos Campuses entre outros.

Receitas de Serviços: resultante de serviços administrativos e comerciais gerais, inclusive as relativas as taxas de inscrições em concursos e processos seletivos. Salienta-se que esta previsão esteve baseada na realização do ano anterior.

Outras Receitas Correntes: são decorrentes de multas administrativas, contratuais e judiciais; indenizações, restituições e ressarcimentos principalmente referentes a reposição ao erário conforme a Lei 8112/90, devoluções relativas a despesas não realizadas em projetos de auxílio ao pesquisador e outros.

DESPESAS

A dotação atualizada na data-base de 30/09/2018 representa R\$ 415.624.441,00, dos quais 99,62% refere-se a Despesas Correntes e 0,38% a Despesas de Capital. A execução, ou seja, a relação entre as despesas empenhadas e a dotação atualizada, foi de 96,02%.

A Tabela 03 discrimina os valores das dotações atualizada, despesas empenhadas, saldo da dotação, execução (dotação atualizada em relação as despesas empenhadas) e a análise vertical da dotação atualizada na data base 30/09/2018.

Tabela 03 – Despesas – Composição

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação	Execução (%)
Despesas Correntes	411.510.405,00	379.322.191,90	32.188.213,10	92,18%
Pessoal e Encargos Sociais	339.081.642,00	317.347.112,72	21.734.529,28	93,59%
Outras Despesas Correntes	72.428.763,00	61.975.079,18	10.453.683,82	85,57%
Despesas de Capital	4.114.036,00	1.465.088,02	2.648.947,98	35,61%
Investimentos	4.114.036,00	1.465.088,02	2.648.947,98	35,61%
Total	415.624.441,00	380.787.279,92	34.837.161,08	91,62%

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2018.

Balanço Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

5. Notas Explicativas Restos a Pagar (04.002)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no encerramento do exercício 2017 inscreveu em Restos a Pagar R\$ 24.219.803,27. Do montante de R\$ 24.219.903,27 cerca de 97% foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados, conforme demonstrado na tabela 04.

Tabela 04 – Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos

Restos a Pagar	Inscritos (R\$)	Reinscritos (R\$)	Total (R\$)	AV (%)
Restos a Pagar Processados	509.736,82	101.168,16	610.904,98	2,52
Restos a Pagar Não Processados	21.126.007,31	2.482.890,98	23.608.898,29	97,48
Total	21.635.744,13	2.584.059,14	24.219.803,27	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2017, 2018.

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/86, os Restos a Pagar não Processados referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31/12/2017, já os Restos a Pagar Processados referem-se às despesas empenhas e liquidadas até esta data, porém, não pagas.

Execução Orçamentária – Por Categoria Econômica

Durante o exercício de 2018 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense executou 66,60% dos Restos a Pagar Não Processados e pagou 96,71% do valor executado.

Dos Restos a Pagar Não Processados referentes às Despesas Correntes, 86,85% foram executados; enquanto que das Despesas de Capital foram executados 53,09%.

Tabela 05 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Por Categoria Econômica

Categoria Econômica	-1	-2	(3) = (1) – (2)	-4	-5	(6) = (4)/(3) %	(7) = (5)/(4) %
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pago	% Exec	% Pago
Desp. Correntes	10.750.215,06	2.303.716,20	8.446.498,86	7.336.126,33	7.223.361,45	86,85	98,46
Desp. de Capital	12.858.683,23	187.258,61	12.671.424,62	6.727.569,31	6.378.287,85	53,09	94,81
TOTAL	23.608.898,29	2.490.974,81	21.117.923,48	14.063.695,64	13.601.649,30	66,60	96,71

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017, 2018.

Pode-se verificar que as Despesas de Capital têm um montante maior de Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos em comparação com as Despesas Correntes, no entanto, uma parcela menor de RPNP pagos.

Execução Orçamentária – Por Categoria Econômica

A Tabela 06 apresenta a execução dos Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesa. Verifica-se que o grupo Investimentos apresenta o maior saldo na data base 30/09/2018, representando 83,73% do saldo de Restos a Pagar Não Processados, seguido do grupo Outras Despesas Correntes que representa 16,27% do saldo.

Tabela 06 – Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	-1	-2	-3	(4) = (1)-(2)-(3)	AV (%)
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pago	Saldo
Pessoal e encargos sociais	91.071,50	35.438,39	55.633,11	55.633,11	0,00
Outras despesas correntes	10.659.143,56	2.268.277,81	7.280.493,22	7.167.728,34	1.223.137,41
Investimentos	12.858.683,23	187.258,61	6.727.569,31	6.378.287,85	6.293.136,77
TOTAL	23.608.898,29	2.490.974,81	14.063.695,64	13.601.649,30	7.516.274,18

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2018.

Balanco Orçamentário - Notas Explicativas – 3º Trimestre/2018

O valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados, justifica-se, entre outros fatores, pelo volume de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal, combinado com as excepcionalidades legais relativas à vigência das despesas inscritas em Restos a Pagar. De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto nº 93872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os Restos a Pagar Não Processados que se refiram às despesas do PAC, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à manutenção de desenvolvimento do Ensino.

Na tabela 07, apresenta-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino agrupadas pelo indicador “Lei Calmon = Sim”, não sendo aplicado neste caso o cancelamento de Restos a Pagar por decurso do prazo de que trata o Decreto nº 93.872/86.

Verifica-se que a maior parcela das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é representada por recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, representando 97,16 % do saldo.

Tabela 07 – Exceções à vigência de Restos a Pagar Não Processados

Indicador	-1	-2		-3	(4) = (1)-(2)-(3)	AV (%)
“Lei Calmon”	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pago	Saldo	Saldo
Não	1.058.688,01	472.776,63	386.418,21	372.084,87	213.826,51	2,84%
Sim	22.550.210,28	2.018.198,18	13.677.277,43	13.229.564,43	7.302.447,67	97,16%
TOTAL	23.608.898,29	2.490.974,81	14.063.695,64	13.601.649,30	7.516.274,18	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.